

WORKSHOP "SISTEMAS DE INFORMAÇÃO APLICADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS: A PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS SETORIAIS"

**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD
Centro de Estudos da Metrópole – CEM/Cebrap**

Os sistemas de informação geográficos (SIG) estão sendo crescentemente utilizados no âmbito das políticas públicas urbanas, atingindo inclusive as chamadas políticas sociais. De fato, na década de 90, grande parte dessas aplicações se restringiam à esfera tributária, sendo que tais sistemas eram utilizados para fins de organização do cadastro territorial dos contribuintes, contendo a descrição de cada lote (legalizado) existente em um dado município. Mais recentemente, outras políticas públicas passaram também a demandar sistemas desse tipo, por exemplo, para permitir a construção de indicadores de base territorial, para estudar a localização de novos equipamentos públicos (escolas, postos de saúde, pontos de ônibus, etc.) e para avaliar a distribuição espacial de cadastros da prefeitura (beneficiários de programas de transferência de renda, alunos, etc.).

Infelizmente, enquanto o SIG para as políticas fiscais tem avançado a passos largos em diversas prefeituras, inclusive em função dos recentes financiamentos nesse campo oferecidos pelo BNDES e BID, a utilização de SIG para políticas setoriais tem avançado de modo mais lento, em função de uma série de problemas técnicos e organizacionais. Por um lado, uma dificuldade importante tem a ver com a constituição de uma base digital de logradouros que capte também a chamada cidade ilegal/informal¹, espaço pouco importante do ponto de vista das lógicas de arrecadação do IPTU, mas crucial para as políticas sociais urbanas – neste espaço concentram-se as populações pobres. Por outro, existe pouco conhecimento e pouca cultura técnica nas administrações locais a esse respeito.²

Nesse sentido, o workshop aqui proposto tem por objetivo avançar no conhecimento e na divulgação de iniciativas e práticas relacionadas à utilização de SIG em políticas públicas de caráter finalístico, isto é, voltadas para o público mais amplo, tais como as políticas de educação, saúde, transferência de renda, habitação, saneamento, segurança, etc.

¹ A Prefeitura de Recife, por exemplo, estima que entre 60 e 70% de sua malha urbana seja ilegal/informal, não constando, portanto, de seu cadastro urbano.

² Um avanço importante nesse campo foi a publicação pelo IBGE do mapa digital de setores censitários para as áreas urbanas de todas as cidades brasileiras com mais de 25 mil habitantes.

Interessa-nos em particular, entender a perspectiva dos gestores dessas políticas na adoção e desenvolvimento desse tipo de ferramenta, os temas que mais os interessam e os problemas que enfrentam. Dentre estes destacamos uma questão central: onde agir? Isto é, a perspectiva da demanda por bens e serviços públicos é tão importante quanto a localização de sua oferta. É necessário identificar as pessoas que são o objeto – e, preferencialmente, também sujeitos – das políticas públicas, através de dados sociodemográficos espacializados por meio de metodologias ainda pouco disseminadas, e estes devem ser combinados com informações sobre a localização de equipamentos sociais, infraestrutura física e condições ambientais.

Considerando esses elementos, o PNUD, que recentemente desenvolveu o projeto do Atlas do Desenvolvimento Humano de Recife e o CEM, que tem buscado transferir tecnologia nesse campo para diferentes administrações municipais resolveram se associar para a realização desse workshop, tendo em perspectiva o avanço do conhecimento e da difusão de práticas bem sucedidas nesse campo. Detalhamos abaixo o programa do evento.

Organizações Convidadas

Fundação Seade, INPE, Ministério das Cidades, IPEA, BID, BNDES e as seguintes prefeituras: Campina Grande, Campo Grande, Guarulhos, Itaipericica da Serra, João Pessoa, Natal, Recife, Salvador, São Paulo (Secretaria do Verde e Meio Ambiente e EMURB), Suzano e Taboão da Serra.

Data

27 de março de 2006

Local

São Paulo, na sede do Cebrap (Rua Morgado Mateus 615 - Fone 11 5574-0399).

Programa

9:30 Abertura (Presidente do Cebrap Álvaro Comin e Representante do PNUD)

10:00 Reforço de Capacidade Institucional Local e Transferência de Conhecimento/Tecnologia em Sistemas de Informação (Coordenador: Eduardo Marques)

- A experiência do PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano (José Carlos Libânio)
- A experiência do CEM com administrações municipais (Haroldo Torres)

12:15 Almoço

13:30 Análise de casos (Coordenador: Haroldo Torres)

- A experiência da Secretaria de Ação Social São Paulo (Dirce Koga)
- A experiência da prefeitura de São Paulo Ana Lucia Ancona – Habitação
- Seade – Sec. Educação Estado SP - Gustavo Coelho/Fundação Seade/CEM

15:45 Cofee break

16:00 Novas tendências e oportunidades (Coordenador: José Carlos Libânio)

- O acesso ao software livre GIS (Antonio Miguel - INPE)
- Técnicas de mapeamento participativo - Participatory mapping (John Sydenstricker – Universidade de Cornell)
- Uso finalístico de imagens de satélite para o desenvolvimento humano – (Jean Bittou - UFPE/Equipe PNUD-Recife)

18:15 Encerramento